

APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA REGIÃO DE ITAIPULÂNDIA (PR)

Comunicação-Pôster

Jean Sebastian Toillier

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

jeant3000@yahoo.com.br

O ofício do historiador (da Educação Matemática) e o ofício do pirata

A busca de se obter uma versão relativa à educação em Itaipulândia nos faz pensar no modo que o historiador faz o seu trabalho, na nossa prática como educador matemático no campo da historiografia da Educação Matemática e das aventuras de um pirata.

Primeiramente, delimitemos a nossa postura como educador matemático nos aventando no campo da historiografia. Para fazer isso, nos valem dos pressupostos teóricos de um grupo de pesquisa que dentre as várias questões que se propõe a estudar, volta esforços para conhecer sobre a História da Educação da Matemática. O Grupo de História Oral e Educação Matemática (GHOEM) faz investigações partindo da História Oral, Hermenêutica de Profundidade e memoriais acadêmicos e de formação como práticas para fazer uma análise da História da Educação Matemática em várias vertentes: formação e atuação de professores de Matemática, análise (histórica) de livros didáticos e da constituição do ser-professor.

Segundo os pressupostos que tomamos para realizar as nossas pesquisas, buscamos realizar uma constituição histórica a partir das várias versões, não assumindo uma postura totalitária que determine uma história como verdadeira, classificando essa como a única versão, a que delimita tudo.

Falar em uma história ‘verdadeira’, de uma história que ‘realmente aconteceu’ – o que muitas vezes fica implícito quando falamos ‘A’ história – é desprezar a existência de vieses alternativos, de versões outras que não as tidas como ‘reais’, ‘corretas’, ‘verdadeiras’. É, do mesmo modo, negligenciar como, por que e por quem essa história definitiva e unívoca é construída (GARNICA, 2004, p. 81).

O que entendemos para o nosso caminhar como pesquisadores em História da Educação Matemática é que nem tudo tem uma explicação, um ponto de origem e que, assim, não é possível constituir um objeto em sua plenitude.

Ao tratar da História não existe apenas o passado, mas também o presente. É por meio

desse último que há uma atribuição de significados para o que o já aconteceu. Não conseguimos explicar algo sem nos desligarmos do tempo presente. Assim, podemos pensar conforme Albuquerque Júnior (2007), que a História não tem início e nem fim. O que existe é um acontecimento, um evento que é retramado e refeito pelo historiador, pois ele não é dado em sua completude. O que existem são perguntas feitas pelo historiador aos objetos, aos documentos, que, com isso, geram evidências.

Para a produção de significados sobre o tema da nossa pesquisa, utilizamos a História Oral para encontrarmos as nossas evidências. Essa metodologia se caracteriza pela realização de entrevistas para que ocorra a constituição de fontes historiográficas que são pautados na memória dos entrevistados e expostos por meio da oralidade, nas quais fazemos as buscas por vestígios. Porém, não é apenas nesse momento que fazemos essa procura, mas passo a passo, ao longo de todo o processo de produção destes documentos. Assim, constituímos um roteiro de entrevistas, procuramos os depoentes-colaboradores, realizamos as entrevistas com a gravação do áudio, transcrevemos as falas, fazemos a textualização, ou seja, um momento de reordenação de ideias de modo que facilite a compreensão e também de supressão de alguns vícios de linguagem, devolvemos o material obtido para a legitimação e por fim entregamos a carta de cessão dos direitos (GARNICA, FERNANDES, SILVA, 2011).

Com a elaboração de nossos documentos disparadores de perspectivas, gerados a partir da memória de nossos entrevistados em seus registros orais, iniciamos uma busca por algo que almejávamos desde o início: responder a nossa pergunta de pesquisa, apontar uma versão de como se deu a formação do professor de Matemática.

Agora, pensemos no que constitui o ofício de um pirata. O pirata é aquele que parte com uma missão: encontrar um tesouro e poder se constituir como um ser-pirata para toda a eternidade, por meio de seus feitos repletos de aventuras e perigos. O pirata, por meio de sua narrativa, busca deixar o seu legado e não apenas como alguém com vastas fortunas, mas como um ser aventureiro.

A busca que o pirata faz pelo tesouro não acontece de qualquer forma. Ele procura pistas, organiza suas missões, prepara a sua embarcação e encontra o seu mapa para o tesouro. Enquanto não encontra o tesouro, não descansa, luta a cada dia. Procura a cada parada de seu navio novas pistas, novas informações sobre a localização e enquanto o grande dia não chega, vai se preparando e enfrentando as adversidades para conseguir o seu objetivo.

Quando finalmente encontra o tesouro remete a toda a sua jornada: ele só foi um

pirata, porque passou por todas as aventuras e não pelas riquezas que encontrou. Descobre que o seu maior tesouro não são as moedas de ouro e prata, os diamantes, as coroas e cálices de ouro calejados de pedras preciosas, mas o seu navegar pelos mares, as batalhas, os lugares por onde passou. E assim cogita até uma nova busca.

O historiador, tal qual o pirata, procura suas pistas. E, quando encontra elas garante a existência de algo, pois *vestígios* foram deixados. Ele não consegue *provar* que o tesouro realmente existe, mas fica sempre preparado para a busca, pois sabe que existem as pistas que podem o levar a algo.

Para o historiador, conforme as nossas concepções, a prova não existe. Existe uma busca, existem *vestígios*:

Com isso, quero dizer que devemos simplesmente recordar os principais aspectos: (a) o passado aconteceu; (b) ficaram vestígios dele; (c) esses vestígios estão lá, sem importar se o historiador vai a eles ou não; (d) “prova” é o termo utilizado quando alguns vestígios são usados para corroborar algum argumento (interpretação) e não antes. Portanto, se a prova (à diferença dos vestígios) é sempre o produto do discurso do historiador, isso acontece simplesmente porque, antes de formular-se aquele discurso, a prova (história) não existe. Só existem os vestígios (ou seja, só existe o passado) (JENKINS, 2004, p. 82).

Para o historiador, suas pistas são constituídas a partir das evidências que ele possui, dos materiais que ele poderá utilizar para a constituição de sua versão. Assim, ao pensarmos que nossas evidências estão nos documentos gerados a partir das entrevistas, temos que a memória de nossos entrevistados são as nossas pistas, aquelas que nos guiarão na nossa jornada, o nosso mapa para o tesouro.

A partir deste mapa, chegamos a outras pistas em um processo que não se esgota. A cada momento, a cada consulta aos depoentes-colaboradores, aos documentos, às fotografias, encontramos cada vez mais *vestígios*, que em alguns casos nos fazem pensar na existência de um grande tesouro ou de vários pequenos tesouros espalhados em um cenário. Isso se dá pelo fato de encontrarmos inúmeras versões: de um depoente que difere de outro, de um documento oficial que difere das informações já existentes.

O que fazemos, e que boa parte dos historiadores faz, é procurar cada vez mais fontes, para que a busca pelo nosso tesouro não se dê por meio de pistas falsas, que nos façam sair da aventura. Devemos conhecer outras fontes, não apenas os relatos orais. O bom pirata não acredita apenas no mapa do tesouro, mas aprende a partir da história, das lendas, dos artefatos, de todos os *vestígios* que puder encontrar. Para o historiador, o seu mapa do tesouro nunca

está completo. Se pudesse, andaria e navegaria por toda a sua extensão para achar o seu tesouro completo e se constituir na aventura que é a pesquisa. Mas, parafraseando Garnica (2012, p. 4):

No limite, um mapeamento simbólico é um projeto fracassado se se pretende que ele seja completo a ponto de determinar, de forma coordenada, completa, consistente e inequívoca, a realidade que pretende representar. Todo mapa é presença e ausência, é registro de relevos que o cartógrafo decide ora registrar ora desconsiderar. Todo mapa que permite a busca e o encontro também permite que, nele e a partir dele, o leitor se perca: já dizia Clarice Lispector que um bicho conhece sua floresta e perder-se também é caminho.

Quando material está em mãos, o historiador segue esse seu mapa do tesouro, para encontrar o que tanto queria: a história que quer contar. Mas não apenas esse momento constituiu o ser-historiador, mas todo o movimento que realizou, toda a busca.

Quando o historiador vê seu trabalho constituído, se sente como um pirata ao jogar as suas moedas de ouro para o alto, contemplando o seu momento de abundância. Mas da mesma forma que o pirata não recebe todo o seu tesouro, pois divide o seu prêmio com toda a sua tripulação, o historiador não vê a sua versão como a definitiva, pois existem várias delas e o que ele fez foi seguir um emaranhado de evidências para que pudesse constituir uma delas.

O bom historiador, assim como o pirata, sabe que existem muitos outros tesouros para ser encontrados, espalhados por várias regiões. Sua busca não se cansa, assim como a do GHOEM, que também tem seus mapas traçados, na busca do tesouro da (história da) formação e atuação dos professores de Matemática nas distintas regiões brasileiras¹. Vários tesouros já foram encontrados², várias histórias já foram contadas e muitas outras estão por vir, pois a quantidade de tesouros históricos espalhados pelo país é gigantesca e cada um vem com um joia diferenciada, com um artefato diferente. São infinitos baús espalhados pelo país.

1 O coordenador do projeto de pesquisa que trata do mapeamento (histórico) da formação e atuação do professor de Matemática nas distintas regiões brasileiras, Vicente Garnica, caracteriza o uso do termo “mapeamento”: “Esboçar um ‘mapeamento’ – termo inspirado nos fazeres cartográficos – é elaborar, em configuração aberta, um registro das condições em que ocorreu/ocorre a formação e atuação de professores de Matemática, dos modos com que se deu/dá a atuação desses professores, do como se apropriam/apropriavam dos materiais didáticos, seguiam/seguem ou subvertiam/subvertem as legislações vigentes. Tal mapeamento não se faz, de modo pleno, nem por um único pesquisador, nem num curto período de tempo. São necessários esforços vários e devem ser chamadas à cena diversas áreas do conhecimento e suas abordagens, posto que o retrato histórico pressupõe a conjugação de diferentes perspectivas e enfoques, a possibilidade de entender centros e margens, ouvindo professores, alunos, funcionários e administradores cujas vozes, via-de-regra, são silenciadas ou inaudíveis” (GARNICA, 2010, p.559).

2 Vários artigos, relatórios de iniciação científica, dissertações e teses, estão armazenadas no site do GHOEM (www.ghoem.com.br) contendo as pesquisas sobre as diferentes regiões brasileiras que já foram atingidas pelo projeto do mapeamento da formação do professor de Matemática no Brasil.

Assim, buscaremos primeiramente delimitar em qual local está o nosso mapa do tesouro e expor uma pequena parte do nosso tesouro: uma história da educação em Itaipulândia.

As aventuras na quase ilha de Itaipulândia

A busca pelo nosso tesouro, da história da formação dos professores de Matemática, ocorreu em uma quase ilha, localizada na região Oeste do Paraná, na fronteira com o Paraguai: Itaipulândia. Uma terra que tem muitos tesouros submersos nas águas do Lago de Itaipu.

O nosso ponto de partida é 1961, quando o local que décadas depois se tornou Itaipulândia, começa a ser colonizada, quando ainda pertencia à São Miguel do Iguacu. No início de seu desenvolvimento, esse local conta com a chegada de muitos imigrantes de várias regiões do país: de Santa Catarina e Rio Grande do Sul vieram os *colonos* de origem alemã e italiana; da região norte do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais e de outros estados do Nordeste brasileiro chegaram os chamados *nortistas*; de outros locais da região Oeste do Paraná vieram os caboclos; e ainda tinham os *posseiros*, que se mudavam para a região e tomavam pelo direito de posse terras que estavam abandonadas.

Essa variedade de pessoas e de culturas ajudou não apenas na povoação e colonização do local, mas contribuiu para a organização social, por meio do desenvolvimento da agricultura, principal prática econômica da região, lutou para a implantação de escolas, bancos, hospitais, estradas e demais estruturas que ajudam no desenvolvimento da região.

Durante o início da colonização, foram formadas algumas comunidades e algumas delas começaram a se destacar por atraírem mais moradores e pelos serviços públicos que passaram a ter. Assim, Itacorá, São José do Itavó e Aparecidinha do Oeste começaram a ter um maior desenvolvimento.

Ao longo de toda a década de 1960 e 1970, a luta para a existência de condições adequadas para viver sempre existiu nas comunidades e Itacorá foi a que mais possuía uma estrutura adequada, em virtude de sua localização: estava próxima ao Rio Paraná e à beira da Rodovia 317, o Caminho das Quedas, que ligava as Cataratas do Iguacu em Foz do Iguacu às Sete Quedas em Guaíra. Com o crescimento de Itacorá, São José do Itavó também engrenou. Apenas Aparecidinha do Oeste tinha uma evolução lenta.

Em 1973, com uma notícia, o cenário começa a mudar. É confirmado um acordo entre Brasil e Paraguai para a construção da maior obra da região: a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Sua construção foi feita em Foz do Iguaçu, no rio Paraná e, com isso, mudaria a vida em toda fronteira oeste paranaense.

A obra de Itaipu consistia no represamento do rio Paraná, sendo criado um reservatório. Esse reservatório inundaria uma grande quantidade de terras e o local onde atualmente se encontra Itaipulândia sofreria sérias modificações, principalmente em Itacorá, que seria totalmente inundada.

O local que antes atraía muita gente passa a exportar. Com boa parte das terras produtivas ocupadas e o alto preço delas (ZAAR, 2001), muitas famílias partem para outras regiões do país para buscar a sua sobrevivência. Itacorá tem sua população diminuindo a cada momento, até que em 1982, após o pagamento das indenizações para todos os atingidos, o lugar espera a água tomar as suas ruínas. No dia treze de outubro de 1982, o reservatório passa a ser formado e Itacorá é inundada, assim como muitas outras comunidades da região.

Com a inundação de Itacorá, São José do Itavó ficou muito isolado, além de ter boa parte de suas terras produtivas tomadas pelo Lago de Itaipu e, com isso, durante muitos anos a sua população foi diminuindo, panorama que mudou somente na última década. Aparecidinha do Oeste que antes estava isolada, torna-se a melhor forma de acesso para as cidades da região como Missal, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu e assume o posto que antes era de Itacorá: ser o centro de referência para as outras comunidades. Antes mesmo da inundação ocorrer, Aparecidinha do Oeste passou a receber a estrutura existente em Itacorá e, com isso, pôde se desenvolver ao longo da década de 1980 (SCARPATO, BÖHM, 2006).

Ainda durante a década de 1980, Aparecidinha do Oeste passa a ter um bom nível de desenvolvimento e começam os primeiros movimentos para a emancipação. Em 1993, após várias lutas, Aparecidinha do Oeste consegue a emancipação de São Miguel do Iguaçu, formando um novo município (ver Figura 1), com várias comunidades. Surge Itaipulândia, uma quase ilha, pois na região leste do município, entre Buriti e Lageado do Cedro, por uma pequena distância que não se encontram o rio São João e o córrego Cedro.

A partir da emancipação, Itaipulândia passa a receber um auxílio do Governo Federal em virtude das terras que foram atingidas pela obra de Itaipu: os *royalties*. Por ter 53,7% de seu território inundado (uma quantia de 176 km²), tem o terceiro maior valor pago entre os municípios atingidos pelo Lago de Itaipu³. Com isso, por ter uma população pequena, possui

³ Os demais municípios atingidos pelo Lago de Itaipu no estado do Paraná são: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha

1961 até os dias atuais.

Uma parte de nosso tesouro

O nosso tesouro é constituído de várias peças valiosas que fomos encontrando a partir do nosso mapa. Entramos na nossa embarcação e fomos navegando por Itaipulândia para chegar em um tesouro. Dele mostraremos como se deu a educação nesse local, por meio de um relato histórico que parte das falas de nossos entrevistados.

Durante a nossa procura, nos deparamos com várias pistas e com elas conseguimos constituir um mapa. As nossas principais pistas foram a memória de nossos depoentes-colaboradores, registradas por meio da oralidade em fontes documentais. Assim, contamos com oito pistas básicas e disparadoras para a nossa busca: José Jacob Heckler Griebeler, Guido Miranda, Cecília Antônia Folador Moretto, Nelson Domingues, Oneide Martins Patrício, Antônio Derseu Cândido de Paula, Lotário Otto Knob e João Kazmirczak. Encontramos essas pistas em uma busca em colégios e Secretarias de Educação de Itaipulândia e de São Miguel do Iguçu, na Casa da Memória do município de Itaipulândia, com antigos moradores e até com os nossos entrevistados, caracterizando um *critério de rede*, quando recebemos a indicação de outra pessoa para procurarmos.

Após estarmos de posse do que achávamos ser o tesouro em sua totalidade, separamos alguns artefatos raros os quais relataremos, a fim de fazer uma constituição da história da educação em Itaipulândia.

A educação em Itaipulândia passou por dois extremos: um período de grande pobreza, sem recursos, sem apoio governamental e até mesmo sem estrutura para funcionar; um outro de muitos recursos, com uma estrutura de dar inveja e com preocupação das lideranças políticas para essa situação.

Nos primeiros anos da colonização do território de Itaipulândia, os novos moradores vieram com a esperança de um recomeço, para ocupar o local tornando-o perfeito para a sua família e para as futuras gerações. Mas quando chegavam se deparavam com uma grande quantidade de matas, precisando partir do zero para ter uma condição satisfatória para viver. Após o início difícil para todos os novos moradores, foram formados povoados que deram origem às localidades e aos distritos do que hoje é o município de Itaipulândia. Porém, não havia auxílio governamental tanto do município sede – São Miguel do Iguçu –, do Estado ou

da Nação para que as condições mínimas fossem instaladas. Dessa forma, foram criadas as escolas municipais: sem auxílio do poder público contando apenas com a força dos moradores do lugar.

Essa característica não era própria de Itaipulândia, mas sim de todo o Oeste paranaense, durante um longo período de tempo. Quando a região Oeste do Paraná passou a ser colonizada como um todo a partir do final do século XIX, a escolarização era feita da forma “instrução sem instituição”, segundo Emer (1991), ou seja, os filhos de quem podia pagar para estudar ficavam com professores particulares que possuíam formação mínima para lecionar. Essa forma de ensino perdurou em Foz do Iguaçu até 1915 quando a Prefeitura Municipal teria criado e mantido uma escola, conforme Emer (1991). Assim, surgia a primeira escola de ensino primário na região Oeste do Paraná.

Nos anos que se passaram, foram criadas outras escolas de ensino primário em Foz do Iguaçu, porém ela continuava sendo para poucos, pois apenas poderiam ter alunos do sexo masculino e as famílias mais carentes não tinham acesso para os seus filhos, conforme Sbardelotto (2011).

Apenas nos primeiros anos da década de 1920 é que foi criada a primeira instituição de ensino mantida pelo Estado em Foz do Iguaçu e, conseqüentemente, a primeira do Oeste paranaense. Esse grupo escolar, que mais tarde viria a se tornar o Grupo Escolar Bartholomeu Mitre – escola existente até hoje em Foz do Iguaçu – foi uma parceria entre o governo estadual e a Igreja Católica, segundo Sbardelotto (2011).

Nos anos seguintes, foram instaladas outras escolas na região Oeste do Paraná, porém concentrando sempre em Foz do Iguaçu. Mas por ser uma região de fronteira com a Argentina e o Paraguai existia um grande número de estrangeiros vivendo na região, o que afetava na língua utilizada para ensinar, além de terem uma condição precária para o ensino, conforme Sbardelotto (2011).

A partir das décadas de 1940 e 1950, em boa parte da região Oeste do Paraná houve a chegada dos primeiros *colonos* sulistas, porém a situação das escolas não mudou muito. Elas continuaram não recebendo ajuda do poder público, mesmo havendo a criação de mais delas em localidades que eram ocupadas pelos imigrantes. Elas eram mantidas graças ao apoio da comunidade: conseguia-se um lugar para instalá-la, principalmente em igrejas ou em capelas, ou construía-se um prédio com poucas salas de aula (na maioria dos casos, era apenas uma); havia a organização da instituição de ensino; e também o sustento dela, carregando as

características do país de origem dos colonizadores, conforme Emer (1991). Dessa forma, em vários municípios da região foram instaladas essas escolas primárias. Em alguns locais que faziam parte das terras de empresas colonizadoras⁴, havia a construção de escolas para atrair os novos moradores, mas sempre predominando a falta de recursos.

De maneira semelhante, as escolas primárias foram sendo instaladas na região de Itaipulândia a partir dos primeiros anos da década de 1960. Elas seguiram a mesma forma de instalação: por meio de mobilização da comunidade. Assim, conforme Scarpato e Böhm (2006), a primeira instituição de ensino criada no que hoje é o município de Itaipulândia foi em 1963: a Escola São Luiz, localizada em Itacorá. Anos mais tarde, esta escola passou a se chamar Grupo Escolar Gabriel de Lara.

Percebemos que essa prática de instalação de escolas por parte das comunidades pode ter sido uma política intencional, tanto do governo municipal como do governo estadual. Ao atrair imigrantes de regiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que já possuíam um bom contingente populacional, com escolas instaladas nos seus locais de origem e com o hábito do estudo já fazendo parte da rotina dos filhos dos colonos, esperava-se que esses moradores, ao se mudarem para uma região nova, onde faltavam muitas coisas, fizessem o lugar prosperar não apenas economicamente, mas trazendo outros benefícios e hábitos, como, no caso, a instalação de escolas e a valorização do estudo.

Seguindo o exemplo de Itacorá, outras pequenas comunidades foram se organizando e construindo suas escolas. Por não contar com ajuda municipal ou estadual, o funcionamento desses estabelecimentos escolares era ilegal, sem registro e funcionando de forma improvisada, servindo até mesmo de capela e o inverso também ocorrendo, conforme Scarpato e Böhm (2006).

A construção de uma escola envolvia praticamente toda a comunidade. Poucos eram os recursos, então as escolas precisavam da ajuda dos moradores para continuar com as atividades. Mas não era apenas essa a dificuldade encontrada. A principal era em relação aos professores, pois eram raros na região de Itaipulândia. Dessa forma, era necessário colocar outra pessoa:

Na época a escolaridade exigida para os professores era mínima, pois praticamente

4 Segundo Freitag (2007), as empresas colonizadoras existiram em algumas locais do Oeste do Paraná e por meio de propaganda entre os colonos gaúchos e catarinenses de origem alemã e italiana, atraíram moradores para a região, esperando uma colonização “perfeita” em virtude de serem povos com a intenção colonizadora enraizada em suas culturas e com a pretensão de progresso para as suas vidas.

não existiam profissionais qualificados para atender a demanda escolar. O professor geralmente era indicado pelos próprios pais e ingressava na profissão, sem prévia preparação e avaliação de conhecimento. Muitas vezes o professor havia cursado apenas o primário (1ª a 4ª série) e assumia uma escola. Em outras situações havia estudado somente algumas séries do ginásio (SCARPATO & BÖHN, 2006, p. 97).

Seguindo essa ideia, várias escolas foram sendo instaladas na região, como podemos perceber no quadro abaixo (SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 96):

Quadro 1: Escolas de Itaipulândia: localidade de sua instalação e os anos de funcionamento.

Escola	Localidade	Anos de Funcionamento
Gabriel de Lara	Itacorá	1963/1981
Almirante Barroso	Apolo – Lageado do Cedro	1963-1996
Carlos Gomes	Aparecidinha do Oeste	1964/Dias atuais
Silva Jardim	Inhuverá	1966/1981
João Lorini (Pareci)	Santa Inês	1966/Dias atuais
Osvaldo Cruz	Araticum/Copel	1966/1980
Osvaldo Aranha	Lusitânia	1966/1981
José Bonifácio	Cristo Rei	1966/1995
D'João VI	Esquina Gaúcha	1966/1996
Olavo Bilac	Aratinga (Machadinho)	1967/1979
Mateus Leme	Lindamar	1967/1993
Frei Henrique	Buritama	1967/1981
Campos Sales	Diolândia	1967/1978
Rondônia	São José do Itavó	1967/Dias atuais
D'João Bosco	Sol de Maio	1968/1985
Cruz Machado	Jacutinga	1968/1996
Darci Vargas	Buriti	1969/1993
Iria Correia	Guaraci	1971/1991
Presidente Zacarias	Olinda	1971/1980
Nossa Senhora de Fátima	Itacorá	1971/1980
Maria Montessori	Butiá	1972/1980
Marcílio Dias	Moema	1972/1980
Júlia W. Petrich	Curió (Botafogo)	1972/1994
Emília Menezes	Caturetã	1972/1980
Dona Leopoldina	Caramuru	1972/Dias atuais
Bento Mussurunga	Ingá	1973/1979
Helen Keller	Dorados	1974/1981
Cecília Meireles	Juraci (Fazenda Apolo)	1974/1976
Pedro V. P. de Souza	São Roque	1975/1978
Anísio Teixeira	Fazenda Adolfo Ghellere	1976/1979
José do Patrocínio	Fazenda Carlota	1977/1979
Marechal Candido Rondon	Ponte Ocoí	1977/1981

A implantação de escolas primárias foi ocorrendo ao longo das décadas de 1960 e até parte da década de 1970. Nesse período, a população das comunidades foi aumentando e muitos estabelecimentos de ensino foram criados em virtude da distância entre as comunidades, por ser de difícil acesso. Como retrata o professor José Griebeler em sua entrevista, as condições de ensino para o professor dessa época era mínima, sendo que até mesmo o salário não era pago pelo município de São Miguel do Iguaçu, que era o responsável pela escola.

Na maioria dos casos, as escolas iniciavam apenas com a primeira série do ensino primário e no ano seguinte iniciava com a segunda série e assim, sucessivamente, até completar os quatro primeiros anos⁵. Vale ressaltar que muitas dessas escolas, as salas eram multisseriadas e continuaram suas atividades dessa maneira por vários anos, sendo que algumas até na década de 1990.

Após terminarem o primeiro nível de estudos, muitos alunos não seguiam a sua escolaridade pois não existiam turmas do nível ginásial⁶. A situação mudou apenas em 1971 com a instalação do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima, em Itacorá.

Segundo o relato de Derseu de Paula, em 1970, quando se mudou para Itacorá, logo instalou no local um escritório de contabilidade, o primeiro da região, o que significa para a população que possuía um determinado grau de estudo e que poderia ajudar na criação de uma escola de nível ginásial. Dessa maneira, muitos moradores, tanto de Itacorá como de outras comunidades, o procuraram para que fosse aberta uma escola com nível ginásial com sua ajuda, pois eram poucos os habitantes da região com o ensino ginásial completo. Uma dessas pessoas foi João Kazmirczak, morador de Aparecidinha do Oeste e uma das lideranças que pleiteava a implantação do curso ginásial em Itacorá.

Ao procurar a sede do município, São Miguel do Iguaçu, o resultado não foi positivo. Assim, uma das alternativas encontradas, como nos descreveu João Kazmirczak, foi conversar com escolas do município vizinho, Santa Helena, em virtude da proximidade com Itacorá. Nesse caso, a resposta foi positiva e havia o interesse da instalação de uma escola ginásial, com sede em Santa Helena, sendo até mesmo realizado o Exame Admissional⁷ para que as

5 Segundo a Lei 4024/61, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional desse período, o ensino primário abrangia as quatro primeiras séries, sendo antes do ensino ginásial. Comparado aos dias atuais, seria equivalente aos primeiros anos do ensino fundamental.

6 Conforme a mesma Lei da nota anterior, o ensino ginásial abrangia as quatro séries após o ensino primário. Essa lei continuou em vigor até 1971, com a aprovação da Lei 5692/71 que extinguiu o ensino ginásial e primário, transformando em ensino de primeiro grau as oito primeiras séries e não mais profissionalizante.

7 O Exame de Admissão ao Ginásio foi estabelecido com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, a partir do Decreto-Lei 4.244 de nove de abril de 1942. Nesse período, o ensino era dividido em ensino primário e

atividades fossem iniciadas. Porém, ao tomar conhecimento do envolvimento com a cidade vizinha, São Miguel do Iguaçu propôs que o estabelecimento criado tivesse algum vínculo com o município, surgindo o nome do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima como opção para a criação de uma extensão em Itacorá.

O Colégio Nossa Senhora de Fátima era uma instituição particular de ensino, comandado por freiras franciscanas e que tinha sua sede em São Miguel do Iguaçu, a qual funciona até os dias atuais. Caracterizado por ter um ensino rígido, como citado por Derseu de Paula e Guido Miranda, as freiras estavam receosas em abrir uma extensão do Colégio em Itacorá. Porém, quando Derseu de Paula confirma a presença de um ex-seminarista, Guido Miranda, como um dos professores, elas aceitaram a abertura do colégio. Assim, em 1971, sob a direção de Derseu de Paula, o Colégio Nossa Senhora de Fátima começa as suas atividades no período noturno, utilizando a mesma estrutura predial do Grupo Escolar Gabriel de Lara e cobrando uma mensalidade dos alunos, que serviria para pagar os seus salários⁸.

As séries do ensino ginásial foram sendo instaladas gradativamente⁹. Nos anos seguintes, o colégio foi atraindo cada vez mais alunos. Nos anos que esteve instalado passou por muitas dificuldades, como a falta de energia elétrica – que só foi resolvida ao usar uma extensão de uma serralheria próxima ao colégio – e falta de recursos. Para aliviar esse último problema, vários eventos eram realizados para angariar fundos para o colégio, como nos disse Derseu de Paula.

As irmãs franciscanas, embora responsáveis pelo estabelecimento, não contribuíam financeiramente para a manutenção do estabelecimento de ensino, nem com a contratação de professores, que era feita pelo diretor Derseu de Paula por meio de contatos com conhecidos no Rio Grande do Sul.

Durante os anos de funcionamento, o Colégio Nossa Senhora de Fátima contou com o auxílio do Batalhão do Exército instalado em Itacorá. Os militares ajudavam em disciplinas, como Moral e Cívica, ou em desfiles de Sete de Setembro, ensinando os alunos a marcharem e a terem postura na Ordem Unida. Além disso, alguns militares eram alunos.

secundário. O ensino primário era um ciclo de quatro séries. Após o aluno concluir esse primeiro nível, ele realizava o Exame de Admissão no curso secundário, o qual era dividido em: um ciclo com quatro anos denominado Ginásial, seguido de um ciclo de três anos, composto pelo curso Clássico ou Científico.

⁸ Em nossas entrevistas houve controvérsias em relação ao valor pago de mensalidade. Para João Kazmirczak, aluno nos seus primeiros anos de funcionamento e diretor da escola nos seus últimos anos, o valor pago era muito alto, comparado com a mensalidade de um curso de uma faculdade particular. Já Derseu de Paula e Guido Miranda, falam que o valor pago era baixo, mas que mesmo assim nem todos tinham condições para pagar.

⁹ Vale ressaltar que a partir de 1971 (o ano de instalação do Colégio Nossa Senhora de Fátima em Itacorá), o ensino no Brasil passou a ser regido pela Lei 5692/71. Porém, a Lei é instaurada gradativamente, por isso nos primeiros anos de funcionamento da escola em Itacorá o ensino é chamado de ginásial.

Por sete anos o único estabelecimento de ensino com as séries finais do primeiro grau (o antigo ginásio e o atual ciclo II do ensino fundamental) de Itaipulândia era o Colégio Nossa Senhora de Fátima. Em 1978, outras duas escolas passaram a atender quintas séries: Carlos Gomes em Aparecidinha do Oeste e Rondônia em São José do Itavó, em virtude do crescimento dessas localidades e futura inundação de Itacorá. O desenvolvimento se dava nos dois lugares, enquanto que em Itacorá a sua população estava começando a diminuir em virtude da futura inundação que ocorreria com a formação do Lago de Itaipu e com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná.

Para o início do funcionamento das outras séries do ensino de primeiro grau nessas localidades, não foi realizada a consulta sobre a quantidade de professores para lecionar, pois em virtude do fim de Itacorá seria necessário outras escolas para suprir a demanda da região.

Em Aparecidinha do Oeste, a Escola Municipal Carlos Gomes, quando iniciou suas atividades com a quinta série, contava com o diretor Clausio Lüdke. Da mesma forma como em Itacorá, as séries foram implantadas gradativamente, sendo que em 1979, um dos entrevistados da pesquisa, João Kazmirczak, assume a direção. O diretor era encarregado de cuidar tanto das turmas de primeira à quarta série como das restantes.

As dificuldades eram grandes tanto para manter a escola como para conseguir professores em Aparecidinha do Oeste, pois eram poucos os habilitados para trabalhar. Para conseguir recursos financeiros, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) realizava eventos. Já em São José do Itavó, o diretor da Escola Municipal Rondônia, José Lemes, enfrentava muitas dificuldades, como nos relatou Oneide Patrício, pois a escola era a que atendia aos alunos mais carentes, comparados com os de outras localidades: a maioria dos alunos eram filhos de lavradores, que trabalhavam nas plantações de hortelã e algodão. A condição dos alunos era péssima e a escola por muitos anos passou por dificuldades. Na entrevista da professora Oneide Patrício, percebemos alguns aspectos relacionados à dificuldade em conseguir merenda para os alunos, pois o governo municipal não fazia o repasse, sendo que a refeição feita na escola seria uma das principais feita pelos alunos.

Em todas essas escolas, nos seus primeiros anos de funcionamento, a clientela de alunos era de uma faixa etária mais velha que a idade escolar “normal”. Isso se dava pelo fato de, por muitos anos, não ter existido o estudo do nível de primeiro grau completo na região de Itaipulândia. Além disso, as escolas de quinta à oitava série, mesmo sendo municipais, eram pagas, conforme nos falou João Kazmirczak.

Nos primeiros anos da década de 1980, a situação das escolas de Itacorá estava complicada, em virtude da grande quantidade de transferências dadas aos alunos que estavam mudando para outros lugares, em virtude da formação do Lago de Itaipu. Com isso, o Colégio Nossa Senhora de Fátima deixa de atender no Distrito em 1981. Assim, para não deixar a sua população sem ter a oportunidade de estudar, o município de São Miguel do Iguazu assume o ensino de quinta à oitava série, criando em Itacorá uma extensão da Escola Municipal Carlos Gomes que atendia em Aparecidinha do Oeste e que tinha como diretor naquela época, João Kazmirczak e contava com os professores Guido Miranda e José Griebeler. Assim, João se deslocava em alguns dias da semana para atender a escola de Itacorá, contando com professores que trabalhavam tanto em Aparecidinha do Oeste como os que já trabalhavam em Itacorá, como era o caso de Guido Miranda.

Durante o ano de 1981, o principal trabalho do diretor João Kazmirczak era assinar a transferência dos alunos que se mudariam para várias regiões distintas: Norte do Brasil, Mato Grosso, outras regiões do Paraná e até para outras localidades que hoje fazem parte de Itaipulândia. Segundo João, muitos alunos estavam desconsolados e indignados com o que iria acontecer e até mesmo não sabiam para onde iriam.

No final de 1981, as atividades da extensão da Escola Municipal Carlos Gomes de Itacorá foi encerrada. Os últimos alunos de oitava série foram fazer a última formatura da escola em conjunto com os alunos da primeira turma de oitava série da escola matriz em Aparecidinha do Oeste. Esse foi o último ato de João como diretor da escola e uma de suas últimas participações diretas no ensino de Itaipulândia.

Em São José do Itavó, a situação não era muito diferente. Por ter boa parte de suas terras produtivas atingidas pelo Lago de Itaipu, muitos alunos tiveram que deixar a escola para ir para outras regiões. Além disso, após a formação do Lago de Itaipu, o isolamento do então distrito fez com que sua população diminuísse drasticamente, assim como o número de alunos, como aponta a entrevistada Oneide Patrício.

Muitos professores que atuavam em Itacorá vieram para Aparecidinha do Oeste e permaneceram por alguns anos, como foi o caso de Guido Miranda. Porém, a maioria deles foi para outras regiões e pouco do que era relativo à educação de Itacorá pôde ser usado nas comunidades restantes, como carteiras e outros materiais sendo tudo enviado para a sede do município.

No ano de 1982, ocorreram duas modificações nas duas escolas que atendiam alunos

de quinta à oitava série: elas deixaram de ser municipais, passando aos cuidados do Estado e os seus nomes se modificaram: a Escola Municipal Carlos Gomes passou a se chamar Escola Estadual Costa e Silva, enquanto que a Escola Municipal Rondônia passou a se chamar Escola Estadual Tiradentes¹⁰. Ambas “novas escolas” continuaram funcionando nos mesmos prédios naquela época, sendo que as duas de São José do Itavó ainda hoje dividem o mesmo espaço, enquanto que as de Aparecidinha do Oeste passaram a ter sedes diferentes em 1994¹¹.

Mesmo passando para os cuidados do Estado, a situação não mudou nas escolas, pois a falta de recursos ainda era grande. Novamente, a comunidade aparecia como fator importante para se conseguir dinheiro para escola, até mesmo para a aquisição de merenda, para melhorar a sua estrutura física, entre outros fatores. Assim foi no período em que estiveram na direção José Griebeler e Lotário Knob em Aparecidinha do Oeste e Vendelino Royer¹² e Oneide Patrício em São José do Itavó.

Nesse período, a escolha do diretor era feita por meio de decisão dos governantes e de pessoas influentes na comunidade, conforme afirma Lotário Knob em sua entrevista. Não havia nenhuma forma de eleição como acontece nos dias atuais, tanto nas escolas municipais como nas estaduais¹³. Dessa forma, os diretores eram aqueles que agradavam a comunidade e as autoridades políticas, o que, nos casos vistos, não ajudou com que prosperasse a educação na região de Itaipulândia.

Os professores que atuavam nessa época também enfrentavam dificuldades: a grande quantidade de aulas e a inexistência de hora-atividades. O elevado número de aulas se dava em virtude da falta de professores na região, o que fazia com que os professores que já atuavam assumissem aulas de diversas disciplinas, suprimindo o profissional que faltava, mesmo sem ser habilitado. Até mesmo o diretor lecionava para que os alunos não ficassem sem aulas.

Mas o que acontecia com os alunos, que estudavam nesses distritos, depois que terminavam a oitava série?

10 A criação das novas escolas se deu de quinta à oitava série. Os primeiros nomes continuaram de primeira à quarta série.

11 Duas observações: em 1994, Aparecidinha do Oeste já estava emancipada, sendo que foi construída uma nova sede para a Escola Municipal Carlos Gomes; e que nesse mesmo ano, fui aluno de uma das primeiras turmas da nova sede da Escola Municipal: enquanto ela ainda estava sendo construída, as salas de aula já eram usadas, existindo apenas um bloco de quatro salas naquele ano, sem ter espaço para direção ou mesmo refeitório nos primeiros meses. Após mais duas grandes ampliações em menos de dez anos, a estrutura foi desocupada pois construída uma nova.

12 Ex-professor de Matemática e ex-diretor de escolas de Itaipulândia. Foi prefeito da cidade entre 2005 e 2008, quando foi assassinado.

13 Tanto nas escolas municipais de Itaipulândia como em todas as escolas estaduais do Paraná existem eleições para a escolha dos diretores, sendo que a votação é feita entre professores, funcionários administrativos e de serviços gerais, pais e alunos maiores de quinze anos.

Durante toda a década de 1970 e boa parte da década seguinte, os alunos que desejassem continuar os seus estudos deveriam ir para outras cidades, como foi o caso de José Griebeler, que fez o curso técnico em contabilidade em Medianeira; de João Kazmirczak que fez o primeiro ano do mesmo curso e depois fez o curso técnico em comércio em Missal; e de Oneide Patrício que estudou o magistério na modalidade do LOGOS II de capacitação de professor em atividade¹⁴. Além desses destinos, outras pessoas seguiam para viver em casas de parentes em outras regiões para continuarem os seus estudos e depois retornavam.

Somente em 1986 foi criado o segundo grau em Aparecidinha do Oeste sendo uma extensão do Colégio CNEC de São Miguel do Iguçu, na gestão de Lotário Knob frente à Escola Estadual Costa e Silva. Depois ele passou a ser uma extensão do Estado e por último, em 1988 foi reconhecido pelo governo estadual. Isso fez com que a instituição mudasse o nome para Colégio Estadual Costa e Silva. Já em São José do Itavó, apenas em 2010 foi implantado o ensino médio, passando a se chamar Colégio Estadual Tiradentes.

Com o ensino de segundo grau, aumentou a demanda de professores e, com isso, nos anos finais da década de 1980 começam a chegar novos professores, como os entrevistados dessa pesquisa Cecília Moretto e Nelson Domingues. Porém, a situação das escolas continuava precária. No entanto, começava a surgir uma ideia que, depois de concretizada, ajudou muito na educação da região de Itaipurândia: a emancipação.

Durante os anos que se buscou a emancipação, a escola servia para passar recados para os alunos, já que muitos professores encabeçavam movimentos políticos para que de fato isso ocorresse, como era o caso de Lotário Knob e de José Griebeler, além de João Kazmirczak, que não trabalhava mais com educação.

Após briga intensa, Itaipurândia conseguiu a emancipação e a situação melhorou muito também para educação, como todos os entrevistados que ainda residem no município ressaltam, apesar do auxílio demorar a chegar a algumas escolas, como foi o caso de São José do Itavó, que desde a formação do Lago de Itaipu passou por sérios problemas, tanto sociais como educacionais. Em virtude da falta de oportunidades na localidade, muitas famílias deixaram o local, fazendo com que aumentasse a cada ano o índice de evasão escolar como

14 O LOGOS II foi um curso que ocorreu no final da década de 1970 em São Miguel do Iguçu, do qual a professora Oneide Patrício participou. Ele servia para capacitar professores leigos que já atuavam no ensino de primeira à quarta série do primeiro grau. Em um curto período de tempo, o professor realizava a sua formação em nível de Magistério, ou seja, em nível de segundo grau, mesmo sem ter estudado até as séries desse nível. O ensino era realizado com aulas presenciais, uma vez por semana, seguindo apostilas que contemplavam todas as disciplinas do antigo segundo grau e outras disciplinas da área de educação. Após concluir o curso, o professor estava habilitado para lecionar de primeira à quarta série do ensino primário.

afirmado pelos professores que lecionaram na comunidade: Oneide Patrício, Nelson Domingues e Lotário Knob.

A partir de 1993, a situação foi melhorando tanto nas escolas municipais como estaduais. Esse fato não se deu apenas pela emancipação municipal e o uso dos royalties, mas segundo alguns entrevistados, por ter em seu primeiro prefeito um professor, Lotário Knob, que conhecia essa situação.

Contando com o auxílio da prefeitura, várias escolas foram ampliadas ou tiveram melhorias em sua estrutura. As estradas finalmente foram arrumadas, possibilitando um melhor acesso às escolas em dias de chuva. Várias escolas do interior do município foram fechadas, prevalecendo algumas escolas pólos¹⁵. O motivo para o fechamento delas, segundo Lotário Knob, é por serem multisseriadas e contar com uma quantidade baixa de alunos. Após o fechamento, o transporte público foi melhorado para que os alunos pudessem chegar a escolas de outras localidades.

Dessa maneira, a educação continuou melhorando e continua bem até os dias atuais. O município continua auxiliando tanto as escolas municipais como as estaduais e incentiva muito o ensino superior, com auxílio financeiro para estudantes que fazem cursos tanto em universidades particulares como em públicas, além de cobrar um valor muito baixo para o transporte dos alunos para outras cidades, já que boa parte dele é dado pelo município. Com toda essa mobilização em relação à educação, em 2010, Itaipulândia foi classificado como “território livre do analfabetismo¹⁶”.

A riqueza desse tesouro

A história da educação em Itaipulândia é um tesouro que ainda pode ser mais analisado, pois não conseguimos abranger ele em sua totalidade. Mas, com o pouco que vimos, percebermos o quão preciosa ela é.

Ao seguir as nossas pistas – as memórias dos nossos entrevistados – podemos constituir uma versão da História da Educação em Itaipulândia. Cada depoimento nos possibilitou a busca por informações para que fosse possível contar essa história de uma

15 Foram fechadas as seguintes escolas entre 1993 e 1996: Almirante Barroso (1996), José Bonifácio (1995), D'João VI (1996), Mateus Leme (1993), Cruz Machado (1996), Darci Vargas (1993) e Júlia W. Petrich (1994). Restaram as seguintes escolas pólos, todas municipais: João Lorini (Santa Inês), Rondônia (São José do Itavó), Dona Leopoldina (Caramuru) e Carlos Gomes (sede)

16Ver nota anterior da entrevista de Derseu de Paula.

forma que contribuiu para que não cristalizássemos essas versões tornando-as fixas, únicas. Por isso, notamos a existência não de um tesouro simples, mas de algo que ainda pode ser muito mais explorado.

Toda a nossa aventura não se deu em apenas perceber que a educação passou de um momento de extremas dificuldades para um de grandes riquezas, mas *como* isso ocorreu, em quais momentos ela teve mais condições e teve uma boa estrutura, o que foi feito para que isso ocorresse. Não foram simples atitudes que foram tomadas para que o panorama da educação em Itaipulândia mudasse. Cada sala de aula que fosse ativada, cada professor contratado ou cada aluno formado ajudou a constituir a educação como ela é nos dias atuais.

Assim, notamos que não é apenas falar uma versão, mas perceber como isso se constituiu. É se aventurar nessa busca do tesouro e perceber que o tesouro não é constituir a nossa versão, mas todo o caminhar, todo o aprendizado e como isso nos ajuda a formar um ser-pesquisador.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. . **História:** a arte de inventar o passado - Ensaios de teoria da história. 1. ed. Bauru (SP): EDUSC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei** nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus. Brasília, 1961.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei** nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus. Brasília, 1971.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola.** Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: FGV, 1991.

FREITAG, L. da C. **Extremo-oeste paranaense:** história territorial, região, identidade e (re)ocupação. 2007. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca (SP), 2007.

GARNICA, A.V.M. História Oral e Educação Matemática. In BORBA, M.de C. e ARAÚJO, J. de L. **Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 77-98, 2004.

GARNICA, A. V. M. Presentificando Ausências: A Formação e a Atuação dos Professores De Matemática. In: CUNHA, A.M. de O. (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 555 -569 (Didática e prática de ensino).

GARNICA, A. V. M; FERNANDES, D. N.; SILVA, H da. Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre regime de historicidade e história oral. **BOLEMA: Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro, v. 25, n. 41, p. 213-250, dez. 2011.

GREGORY, V. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2002.

GARNICA, A. V. M. **Cartografias Contemporâneas**: a formação de professores de Matemática no Brasil, 2012. (texto não publicado).

JENKINS, R. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2004.

SBARDELOTTO, D. K. Análise e perspectiva para a pesquisa em História da Educação da atual mesorregião Oeste do Paraná. **Educere et Educare (Revista de Educação)**, v.4, n. 7, p.273-291, jan./jun. 2009.

SCARPATO, R. BÖHM, I. B. **Itaipulândia**: seu povo, sua origem, sua história. Itaipulândia: Gráfica Assoeste e Editora Ltda, 2006.

ZAAR, M. H. A Migração Rural no Oeste Paranaense/Brasil: A trajetória dos “brasiguaios”. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Nº 94 (88), Barcelona, v. 88, n. 94, sem paginação, ago 2001. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-88.htm> > Acessado em, 24 de out. 2011.